

MUNIQUE SUELEN DE ALMEIDA DIAS

ENTRE O SILÊNCIO E A LOUCURA

Uma análise da maternidade “indesejável” a partir dos jornais feministas *Nós*  
*Mulheres e Mulherio*

PUC-SP

SÃO PAULO,

2018

MUNIQUE SUELEN DE ALMEIDA DIAS

ENTRE O SILÊNCIO E A LOUCURA

Uma análise da maternidade “indesejável” a partir dos jornais feministas *Nós Mulheres e Mulherio*

Monografia para obtenção do título de Especialista em História, sob orientação da professora doutora SANDRA REGINA COLUCCI.

PUC-SP

SÃO PAULO,

2018

# ENTRE O SILÊNCIO E A LOUCURA

## Uma análise da maternidade “indesejável” a partir dos jornais feministas

### Nós Mulheres e Mulherio

*Munique S. de Almeida Dias<sup>1</sup>*

*Prof.<sup>a</sup> Sandra Regina Colucci<sup>2</sup>*

*“E ela não passava de uma mulher... Inconstante e borboleta”  
(Clarice Lispector)*

#### RESUMO:

O presente artigo busca estabelecer algumas reflexões sobre a abordagem temática das mães solteiras propagadas pelos discursos dominantes, que ora as silenciam, ora as marginalizam. Tendo em vista que ao estudar sobre as mães solteiras, encontra-se uma grande dificuldade em localizar a participação dessas mulheres na história, visto que a maternidade dita “irregular” era algo a ser ocultado pela sociedade, a mãe solteira enquanto sujeito histórico acaba se tornando ausente, quase invisível numa história onde parece não haver espaço para seus conflitos, suas lutas, seus dilemas e suas conquistas. Essas mulheres, vistas como indesejáveis, apresentavam características que segundo os discursos médicos vigentes, fugiam aos padrões normativos, sendo, portanto, o suficiente para associá-las à loucura e a degeneração. Buscando justamente contrapor essas ausências de relatos, a imprensa feminista alternativa surge como uma possibilidade de análise por se tratar de uma imprensa feita por e para mulheres<sup>3</sup>. A proposta central estabelecida é de promover um *diálogo* entre os discursos presentes nos jornais feministas “*Nós mulheres*” (junho/1976 a julho/1978) e “*Mulherio*” (março/1981 a maio/1988) e os discursos dominantes perpetuados ao longo da história.

**Palavras – chave:** Mães Solteiras. Chefes de Família. Discurso Médico. Jornais Feministas.

#### RÉSUMÉ:

Cet article vise à établir que quelques réflexions sur l’approche thématique des mères célibataires propagées par les discours dominants, que maintenant le silence, les groupes marginalisés. Considérant que l’étude sur les mères célibataires, est une grande difficulté à repérer la participation de ces femmes dans l’histoire, puisque la maternité dicte « irréguliers » avait quelque chose à caché par la société, la mère célibataire tandis que l’objet absent, l’histoire devient presque invisible dans une histoire où il semble n’y avoir aucune

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de *Especialização em História, Sociedade e Cultura* pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campus Monte Alegre. E-mail: mokyness@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Orientadora, professora, Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campus Monte Alegre. E-mail: s.colucci@uol.com.br

<sup>3</sup> Afirmando que os jornais são feitos por mulheres significa dizer que elas compõem os conselhos editoriais, sendo responsáveis pela direção política, linha editorial e redação das principais matérias.

place à leurs conflits, leurs luttes, leurs dilemmes et leurs réalisations. Ces femmes, considérées comme *persona non grata*, présentées caractéristiques selon les discours médicaux dominants, fuyant vers des normes réglementaires et par conséquent assez pour les lier à la folie et la dégénérescence. Cherche précisément lutter contre ces absences de rapports, l'alternative de presse féministe émerge comme une possibilité de révision par une presse faite par et pour les femmes. La proposition centrale établie est de promouvoir un dialogue entre les discours présents dans les journaux féministes « *Nós Mulheres* » (juin/juillet 1976/1978) et « *Mulherio* » (mars / mai 1981/1988) et les discours dominants perpétués tout au long de l'histoire.

**Mots clés:** Mères Célibataires. Chefs de Famille. Discours Médical. Journaux Féministes.

O propósito de dialogar com os jornais feministas: “*Nós mulheres*” (junho/1976 a julho/1978) e “*Mulherio*” (março/1981 a maio/1988) se deu no intuito de encontrar algo que revelasse o cotidiano das mães solteiras e sua luta por aceitação na sociedade através de relatos narrados por mulheres. Fato que se mostrou possível por se tratar de uma imprensa alternativa, de militância política e ideológica, que buscava contestação da ordem vigente, através de uma abordagem que levasse em conta também *questões específicas da mulher*.<sup>4</sup> A ausência de fontes consideradas “oficiais” que permitam acessar a experiência de vida dessas mulheres chega a ser desanimadora, citando Maria Odila:

É uma história do implícito resgatada das entrelinhas dos documentos, beirando o impossível, de uma história sem fontes...<sup>5</sup>

Ainda que suas vozes não estejam explícitas, sabemos através de uma leitura das entrelinhas que elas estavam presentes. No período colonial, o número de crianças abandonadas era tão grande que em 1726 na cidade de Salvador, o Brasil recebe sua primeira “*Roda dos Expostos*”<sup>6</sup>. Muitas mulheres pobres que engravidavam antes de se casar recorriam a esse recurso do

---

<sup>4</sup> TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: Os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação de Mestrado defendida em 2009, PUC – São Paulo.

<sup>5</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* – 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 17.

<sup>6</sup> A “roda dos expostos” ou “roda dos enjeitados” era um recurso ligado às Santas Casas da Misericórdia, por meio do qual as mulheres poderiam abandonar seus filhos e manter o anonimato. Essa prática vigora no Brasil de 1726 até 1950.

abandono principalmente pela possibilidade de se manterem anônimas. Mas existiam também outros recursos utilizados:

o infanticídio, o abandono e a circulação de crianças pequenas entre vizinhas e comadres à espera de dias melhores nas vidas de suas mães eram uma constante no cotidiano das mulheres da Colônia.<sup>7</sup>

Em todos esses casos, o abandono era a via pela qual procurava-se ocultar a “desonra” que pairava sobre a família, ocultando também a identidade das mães solteiras, fato que dificulta muito as pesquisas nessa área. A existência delas, no entanto, não pode ser negada. Maria Odila, através do estudo dos recenseamentos, afirma com relação à São Paulo do século XIX a existência das mulheres chefes de família:

Na época da independência, sabia-se que quase 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, muitas delas concubinas e *mães solteiras*. [...] O fenômeno de mulheres solteiras, chefes de família é vasto e intrincadamente enredado na estrutura da sociedade colonial.<sup>8</sup>

Ao analisar os processos de menores encaminhados ao serviço social entre os anos de 1939 e 1940, Sandra Colucci aponta que:

Por volta de 64% dos pais dos menores tinham paradeiro ignorado, caracterizando que a família dependia da mãe. (...) Cerca de 80% das crianças tinham mãe viva, sendo que 26% delas com idade entre 16 e 22 anos; outras 26% entre 23 e 26 anos. Quase sempre solteiras, eram desamparadas e não haviam recebido nenhum tipo de proteção durante a gestação.<sup>9</sup>

Ainda mais recente, o jornal *Mulherio* em edição de março/abril de 1987, numa seção designada “as matérias proibidas” (proibidas durante o período de

---

<sup>7</sup> PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo - Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

<sup>8</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* – 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 30.

<sup>9</sup> COLUCCI, Sandra Regina. *Entre Verrinas e Ditirambos: maternagem nos discursos normativos. São Paulo, 1925-1940*. Tese de Doutorado defendida em 2015, PUC – São Paulo.

censura do regime militar), trouxe à tona o seguinte depoimento anônimo, seguido dos dados:

Sou mãe solteira e me orgulho disso – Depoimento de uma mulher que resolveu assumir sozinha seu filho. Num box da matéria, o dado: na maternidade Pró-Matre do Rio de Janeiro, 25% dos partos atendidos são de mulheres solteiras.<sup>10</sup>

Se por um lado sua existência é inegável desde o período colonial, há também uma carência de seus relatos ao longo da história, quase imperceptíveis nas entrelinhas dos discursos dominantes. A análise da imprensa feminista vem justamente como uma tentativa de localizar esses possíveis relatos e contextualizá-los num período que se supõe que mudanças no cotidiano e na mentalidade já tenham ocorrido (os jornais são das décadas de 1970 e 1980). Primeiramente, é preciso lembrar que os jornais analisados são produzidos em São Paulo, no período que vigorava no Brasil o regime militar, e que estes surgem como uma imprensa alternativa, de oposição ao governo, com um público reduzido, que dependia dos recursos arrecadados pela militância política para circular. A composição dos conselhos editoriais, bem como todo processo de redação dos jornais era desenvolvido por mulheres. O discurso predominante em ambos é pautado principalmente na luta feminina por igualdade de direitos no âmbito político e trabalhista. É compreensível que boa parte do período em que os jornais circularam (no caso do “*Nós mulheres*” todo o período) corresponde aos tempos de ditadura militar no Brasil, e que isso signifique uma certa *limitação* quanto ao conteúdo publicado, mas ainda assim, por se tratar de uma imprensa alternativa, é possível ouvir os “sussurros” dessas vozes outrora tão silenciadas. O “*Nós mulheres*” em sua primeira edição de 1976, expõe sobre o objetivo que norteará a proposta do jornal:

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. [...]

---

<sup>10</sup>MULHERIO, Ano VII, n° 28, Março-Abril/1987.

falando por exemplo da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de NÓS MULHERES enfim.<sup>11</sup>

No caso do jornal “*Mulherio*”, na edição de número zero publicada em 1981, uma pré-edição na verdade, o jornal apresenta sua proposta de pauta:

Várias reportagens e notas curtas abordarão a mulher no Brasil e no mundo. Uma seção será dedicada a pesquisas, teses e outros estudos sobre a mulher. Outra procurará abrir espaço aos diversos grupos feministas e femininos para que divulguem suas atividades.<sup>12</sup>

os objetivos a que se destina:

Em sua primeira reunião, [...], o Conselho decidiu que *Mulherio* não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos sim, debater *todos* os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições.

e o público alvo que se pretende atingir:

Já mais amadurecida e debatida, a ideia de criação de um jornal dirigido a esses três públicos – os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas – torna-se agora realidade...

Em ambos os casos, os jornais apresentam propostas muito amplas de debate acerca dos problemas que abrangem a mulher e suas lutas. Muito se discute sobre a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a rotina do lar, a educação dos filhos, a igualdade salarial, ao acesso à educação, a participação política, entre outros. Entretanto, além de todas essas lutas, a chefia do lar acarretava um duplo desafio para a mulher, que mesmo nas práticas mais corriqueiras do cotidiano precisava se fazer ouvir. O jornal “*Mulherio*” em edição de Setembro/Outubro de 1981 publicou o seguinte depoimento de uma leitora que desabafa:

Conto uma experiência que talvez interesse ao jornal. Fui fazer compra na Mesbla de Marília, abrir um crediário. Ao preencher a

---

<sup>11</sup> NÓS, MULHERES. Nº01, Junho/1976.

<sup>12</sup> MULHERIO, Ano I, nº 0, Março-Abril/1981.

ficha, a funcionária escreveu “casada” sem me consultar, pois eu estava em companhia de minha filha. Aí perguntou: “Nome do esposo”. Respondi: “Não tenho esposo, sou solteira”. Ela olhou espantada para minha filha. Eu: “Você nunca viu uma mãe solteira na sua frente?” (Minha filha é adotada, mas eu sou mãe dela – e como sou! – sou mãe solteira). Então a funcionária se refez e perguntou: “Você tem pai?” – “Não” – “Tem irmão?” – Não – “*Não tem nenhum homem na sua casa?*” – “Olha aqui, minha filha, eu mantenho a minha casa e minha filha sem precisar de homem, será que pra fazer um crediário na Mesbla vou ter que arranjar um?” Bem, depois disso foi preciso falar com o chefe, e acabaram aceitando minha ficha e correndo o risco de vender pra uma mulher sem homem... (*Olympia S. Rodrigues, Marília, São Paulo*)<sup>13</sup>

Esse depoimento publicado em uma seção de cartas de leitoras nos revela um acontecimento da década de 1980 que espanta justamente por ser tão atual. Uma situação cotidiana que vem reforçar a ideia de rejeição, ou pelo menos de desconfiança por parte da sociedade em aceitar que mulheres poderiam chefiar suas famílias, sem a necessidade de um homem provedor. Importante enfatizar que ao classificar uma mãe como “mãe solteira” é preciso ressaltar que a maternidade não carece de estado civil, visto que o casamento, assim como a própria concepção social do que é *ser mãe* foram discursos reproduzidos e assimilados ao longo da história, ainda que sejam fruto de construções sociais. Ora, não podemos esquecer que a mentalidade tão enraizada da maternidade como destino divino de toda mulher fora amplamente difundida não apenas pelo discurso religioso, mas também reforçada pela medicina, que desde o século XIX passou a legitimar seus discursos por meio das pesquisas científicas que passaram a ser naturalizadas no imaginário popular.

A realidade de uma cidade em crescimento urbano desenfreado como São Paulo no início do século XX, que passa a enfrentar graves problemas de saneamento e higiene, com altos índices de mortalidade infantil, vai justamente encontrar na medicina sua maior aliada na luta *pró-higienização*. E a mulher, será por sua vez, a principal aliada dos saberes médicos, a “rainha e protetora do

---

<sup>13</sup> MULHERIO, Ano I, nº 3, Setembro-Outubro /1981.

lar”, preocupação central dos discursos normativos vigentes. Afinal, toda a responsabilidade acerca do “sucesso” da família recaía sobre a figura da mãe, desde o nascimento, os cuidados com amamentação, a saúde e educação dos filhos, a felicidade conjugal, nada poderia escapar à mãe zelosa. A internalização de tais discursos gera na mulher uma expectativa impossível de ser atingida, que se converte em culpa. Se para a mulher casada já seria algo utópico, as mulheres que sozinhas chefiavam seus lares e eram responsáveis além de tudo, pelo sustento familiar, tinham que arcar com uma dupla carga de culpa, pois ao assumirem papéis destinados ao meio masculino, iam contra sua natureza “frágil”, deixando muitas vezes seus filhos e seus lares à mercê, sendo, portanto, severamente responsabilizadas pela sociedade. Nesta edição do jornal “*Mulherio*” de maio/junho 1981 há uma seção dedicada à uma reflexão sobre a maternidade, onde menciona-se a chefia do lar:

Muitas mulheres têm de assumir simultaneamente a responsabilidade do sustento material dos seus filhos. As pesquisas mostram que desde 1950 tem aumentado a cada dia o número de famílias chefiadas por mulheres, que constituem uma parcela considerável dos estratos mais pobres da população. Condenadas à pobreza e ao subemprego por condições estruturais, essas mulheres arcam não só com uma dupla jornada de trabalho, mas também com uma dupla carga de culpa, ao ignorarem os fatores objetivos responsáveis por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto no garantir condições razoáveis de vida.<sup>14</sup>

O sentimento de culpa, resultado da naturalização desses discursos vigentes, também é abordado por Colucci:

Essas formas de discriminação, que buscavam disciplinar as mulheres, exerceram efeitos de poder que gerando sentimentos de medo e culpa, por sua ampliação em discursos universalizantes, determinaram componentes da sociabilização das mulheres que resultaram nas mais abusivas ações.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> MULHERIO, Ano I, nº1, Maio-Junho/1981.

<sup>15</sup> COLUCCI, Sandra Regina. *Entre Verrinas e Ditirambos: maternagem nos discursos normativos*. São Paulo, 1925-1940. Tese de Doutorado defendida em 2015, PUC – São Paulo.

Outra questão complexa associada à internalização da culpa, que envolve de modo especial o universo das mães solteiras, é o fato de assumir através da existência do filho, que a mulher teve experiência sexual fora do “sagrado matrimônio”. Sabemos que ao longo da história, o discurso religioso coloca a virgindade da mulher como sua honra mais sublime:

O sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído. Daí a importância atribuída ao hímen e à virgindade. Principalmente pelo cristianismo que faz da castidade e do celibato um estado superior. Para os pais da Igreja, a carne é fraca. O pecado da carne é o mais terrível dos pecados.<sup>16</sup>

Na contramão desse discurso, observamos que a liberdade sexual da mulher também foi pauta das lutas que agitaram a década de 1960. A mudança de mentalidade e a concepção de que a mulher pode optar pela vida sexual independente da procriação é algo que vem sendo introduzido em nossa sociedade e que o jornal “*Nós mulheres*” aborda em sua edição de agosto/setembro de 1977:

a sexualidade é muito mais do que isso: é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimento e ampliação da afetividade. Infelizmente, porém, nem todas as mulheres conseguem usufruir de seu corpo. [...] Quando a mulher pode dominar seu corpo, pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina.<sup>17</sup>

Se por um lado havia grande avanço nas discussões sobre a liberdade da mulher nos espaços da imprensa alternativa, por outro lado, na sociedade brasileira ainda ecoavam os mesmos discursos higienistas que viam a atividade sexual fora do casamento como desvio de conduta, assemelhando-se com a prática da prostituição, considerada pelo saber médico e criminológico como vício. A prostituta seria relacionada a ideia de corpo *anti-higiênico*, algo a ser evitado e, por consequência, marginalizado. Segundo Margareth Rago:

---

<sup>16</sup> PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

<sup>17</sup> NÓS, MULHERES. Nº06, Agosto-Setembro/1977.

definiu-se a prostituta como ‘mulher anormal’, ‘delinquente nata’, proveniente das classes pobres e deslumbrada com as atrações do mundo moderno. Sua debilidade psíquica, associada a uma constituição orgânica deficitária, explicaria em primeiro plano a existência da prática da comercialização sexual do corpo. Assim, as teorias científicas sobre a condição feminina, marcadamente biologizantes, culpabilizaram a mulher pela existência da prostituição.<sup>18</sup>

Já as moças de “boa família” que apresentassem condutas desviantes, precisariam de tratamento, sendo afastadas de seu convívio, para serem reabilitadas e só depois devolvidas ao seio familiar. A medicina seria então o saber valorizado como determinante nas soluções dos problemas, conforme Figueiredo:

A medicina ocupava um lugar importante dentro das políticas sociais do século XX, porque trazia respostas e soluções para os problemas sanitários e higiênicos enfrentados pela cidade em crescimento através de comprovações científicas. Detinha um saber que possibilitava circunscrever os limites dos corpos, impor comportamentos, julgar os atos. O senso comum passa a medir sua saúde através dessas verdades.<sup>19</sup>

Entretanto, tanto o diagnóstico acerca da loucura, quanto os tratamentos empregados, constituem verdadeiro retrocesso, como podemos observar na década de 1980 ao analisar a reportagem da jornalista Daniela Arbex sobre o Hospital Psiquiátrico Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, para onde, segundo ela, eram levados:

a estimativa é que 70% dos atendidos não sofressem de doença mental. Apenas eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se o destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a

---

<sup>18</sup> RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra. 2ª edição, 2008.

<sup>19</sup> FIGUEIREDO, Lilia Simões Barbosa de. *Duplo Nó: Mulheres no Hospital Psiquiátrico Pinel de Pirituba (1929 – 1940)*. Dissertação de Mestrado defendida em 2011, PUC - São Paulo.

ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos.<sup>20</sup>

Em plena década de 1980 as teorias eugenistas ainda se faziam presentes, englobando as mães solteiras numa categoria de mulheres insanas e degeneradas. Claro que não é novidade que a mulher de modo geral seja alvo dos discursos higienistas, sempre com seus papéis tão bem delimitados. Maria Clementina Cunha, ao pesquisar as internações de mulheres no Hospital Psiquiátrico do Juquery, aponta que:

a crença em uma inferioridade ‘natural’ marca todas as histórias de mulheres em situação de internamento. Essa inferioridade estava inscrita diretamente em seus corpos, em sua natureza biológica que lhes definiria um papel social subordinado.<sup>21</sup>

O Jornal “*Mulherio*” em edição de julho de 1987, dedica uma matéria sobre as contradições presentes nos discursos acerca da loucura feminina:

A ‘*louca*’ transgrede a esfera privada: a utilização da sexualidade para a reprodução, violentada pelo atentado ao pudor, a recusa ao casamento, à maternidade e à família. Ela não transgrede as normas sociais, mas a própria natureza. Tanto assim que tradicionalmente os alienistas associaram a loucura feminina à fases críticas de seu corpo: adolescência, parto e menopausa.<sup>22</sup>

Importante ressaltar que a maternidade entre as “*fases críticas*” de seu corpo, é aquela que de modo especial, assume papel central na vida da mulher. O que será fortemente abordado tanto nos discursos religiosos que viam nesta a *dignificação* da mulher, quanto nos discursos médicos que a viam como *função prioritária* para a qual estariam as mulheres destinadas e sem a qual não cumpririam seu *papel natural*, sendo acometidas por diversos distúrbios. No entanto, a maternidade dignificante era aquela que ocorria no seio da família. O

---

<sup>20</sup> ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro – Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior Hospício do Brasil*. 1ªed. São Paulo: Geração Editorial, 2013. (p.26)

<sup>21</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, agosto/setembro de 1989. pp 121 - 144.

<sup>22</sup> MULHERIO, Ano VII, nº30, Julho/1987

casamento, seria, portanto, o caminho certo e necessário para a constituição familiar, único caminho digno para a mulher, que vista a partir de sua natureza *frágil*, precisaria do homem para lhe conduzir. Segundo citação do psiquiatra Philippe Pinel (1818, p.417, apud FOUCAULT, 1978, p. 537):

O número de moças atacada de idiotia é sete vezes maior que o número de casadas na mesma situação nos anos XI e XIII; para a demência, a proporção é de duas a quatro vezes. Portanto, pode-se presumir que para as mulheres o casamento é uma espécie de *preservativo* contra as duas espécies de alienação mais inveteradas, e de ordinário, mais incuráveis.<sup>23</sup>

Se considerarmos como fator determinante de loucura e lucidez as nuances biológicas que o corpo feminino vive ao longo de sua existência, a mulher será sempre vítima dessa análise misógina, pois o ideal de normalidade é e sempre será algo inatingível. Conforme constatou Yonissa Wadi ao pesquisar sobre as internas do Hospício São Pedro, em Porto Alegre:

Se a loucura está inscrita no corpo feminino, sujeita aos fluxos e refluxos deste corpo, que são constantes, ininterruptos e permanentes, pelo menos até a menopausa – momento em que o corpo feminino reencontraria o equilíbrio físico e psíquico perdido com a menstruação – e, se os lugares das mulheres na sociedade de então são mais restritos do que o dos homens, parece lógico que o número de mulheres ‘curadas’ seja sempre inferior ao de homens nestas mesmas condições.<sup>24</sup>

De fato, enquanto os argumentos médicos forem pautados em fatores biológicos a mulher terá em seu corpo seu próprio algoz. Para romper com a insígnia da *louca degenerada*, não basta valer-se de velhas dicotomias: “*Eva ou Maria*”, “*Prostituta*” ou “*Santa*”, é preciso ir além e compreender que o *feminino* passa por uma série de subjetivações que precisam ser analisadas em suas peculiaridades e minúcias. Haja vista que a maternidade irregular, outrora

---

<sup>23</sup> PINEL, Philippe. *Nosographie Philosophique*, 1818. In: FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

<sup>24</sup> WADI, Yonissa Marmitt. *Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre, RS, 1884-1923)*. Revista de História UNISINOS, Janeiro/Abril de 2006.

tão veementemente negada não se enquadraria nos padrões de “Santa Maria”, sendo encerrada à eterna condenação. Somente a partir da ruptura com os velhos padrões normativos é que poderemos observar a mãe solteira em sua individualidade, seja ela qual for, solteira por opção, por abandono ou desquite, sendo simplesmente mulher e mãe, independentemente de seu estado civil, pois este não qualifica o exercício da maternidade e tampouco concede garantia de lucidez. O “*Mulherio*”, em edição de Maio/Junho de 1984 dedica uma matéria especial sobre as internas do Juquery, ao analisar alguns casos específicos, torna-se evidente a postura do jornal:

A história das internas no Hospício do Juquery no começo do século é uma denúncia viva da ideologia que acorrenta a mulher à natureza, excluindo do convívio social aquelas que se rebelam contra esse destino e, na outra ponta, aquelas que se afundam num conformismo que as leva à depressão, à melancolia e à morte. Um retrato cristalino e pungente de mulheres colocadas diante de uma única alternativa, de caráter absoluto: *se queriam existir como pessoas, não podiam ser mulheres.*<sup>25</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este artigo buscou proporcionar, de forma sucinta, o diálogo entre os diferentes discursos que permeiam o *ser mãe solteira*. Para tanto, foi necessária a compreensão de que a história é constituída a partir de múltiplos discursos, que se articulam em torno de interesses diversos que ora se contrapõem, ora se entrelaçam. É preciso analisar com cautela toda conjuntura que há por trás dos discursos, suas especificidades e contradições, de modo especial, ao optar por utilizar a imprensa como fonte, seu projeto ideológico procurou ser levado em conta, bem como os sujeitos que o compõem e seu local de fala dentro do contexto histórico a que pertencem. Ciente das limitações de uma imprensa feita sob o olhar da censura ditatorial, fica claro que a mãe solteira está presente, por vezes sutil e tímida, mas está ali, lutando por romper um silêncio imposto por

---

<sup>25</sup> MULHERIO, Ano IV, n°16, Maio-Junho/1984.

séculos de opressão e negligência que ainda carece por ser desvendado e muito há por ser explorado. É provável que esse artigo desperte mais dúvidas do que as esclareça, visto que se trata de uma pesquisa ainda em andamento, existem muitas lacunas a serem preenchidas, mas que o simples fato de colocar as *mães solteiras* em cena, como sujeitos ativos na história, e permitir que suas vozes venham à tona, ultrapassando as barreiras dos discursos dominantes que as colocavam às margens da sociedade, rompendo os silêncios que lhes foram impostos, já seja o despertar de um grande começo.

## FONTES:

Jornal “*Nós Mulheres*”. Edições de junho/1976 a julho/1978 (8 edições)

Jornal “*Mulherio*”. Edições de março/1981 a maio/1988 (41 edições)

## REFERÊNCIAS:

ARBEX, Daniele. *Holocausto Brasileiro – Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior Hospício do Brasil*. 1ªed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

COLUCCI, Sandra Regina. *Entre Verrinas e Ditirambos: maternagem nos discursos normativos. São Paulo, 1925-1940*. Tese de Doutorado defendida em 2015, PUC – São Paulo.

COVA, Anne. *História da Maternidade: Em que ponto estamos?* Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 1º sem. de 2011.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.18, agosto/setembro de1989. pp 121 - 144.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FIGUEIREDO, Lilia Simões Barbosa de. *Duplo Nó: Mulheres no Hospital Psiquiátrico Pinel de Pirituba (1929 – 1940)*. Dissertação de Mestrado defendida em 2011, PUC - São Paulo.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira*. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1): 336. Janeiro/Junho de 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *História da Maternidade no Brasil: Arquivos, Fontes e Possibilidades de Análise*. ANPUH – Londrina, 2005.

PERON, Paula Regina. *A trágica história do Hospital Psiquiátrico Colônia*. Psic. Rev. São Paulo, volume 22, n.2, 261-267, 2013.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PINEL, Philippe. *Nosographie Philosophique*, 1818. In: FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo – Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª edição, São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra. 2ª edição, 2008.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: Os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação de Mestrado defendida em 2009, PUC – São Paulo.

WADI, Yonissa Marmitt. *Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre, RS, 1884-1923)*. Revista de História UNISINOS, Janeiro/Abril de 2006.